

JAIME BATALHA REIS,
Geógrafo, historiador, político e diplomata.
Seu enquadramento nas transformações político-sociais
portuguesas dos finais do século XIX

Por **Alice Correia Godinho Rodrigues**
Arquivo da Universidade de Coimbra

Resolvemos vir analisar alguns aspectos da vida social, política e diplomática de Jaime Batalha Reis, dado que este diplomata fora enviado à legação em S. Petersburgo em 1912, permaneceu aí durante a época áurea dos Romanof, assistiu à última recepção oferecida pela Imperatriz Alexandra em 9 de Março de 1917 e manteve-se na Rússia, após a implantação do regime comunista, até Abril de 1918. Daí foi nomeado Delegado Plenipotenciário à Conferência da Paz em Paris, representando Portugal na comissão presidida pelo Presidente Wilson e em 1921 pediu a reforma retirando-se para a sua Quinta da Viscondessa em Torres Vedras, onde morreu em 1936 com 88 anos de idade.

A documentação de que nos servimos para a elaboração desta comunicação é constituída por um conjunto de cartas particulares dirigidas por Batalha Reis a José Vicente Barbosa du Bocage, vice-presidente da Academia Real das Ciências, presidente da Sociedade de Geografia e nessa altura (1881-1891) Ministro dos Negócios Estrangeiros. Trata-se de um espólio que faz parte das colecções particulares do Arquivo da Universidade de Coimbra e que a nosso ver podem clarificar a personalidade deste diplomata cuja actividade tem sido objecto de largas controvérsias.

Jaime Batalha Reis, nasceu em Lisboa em 24 de Dezembro de 1847. Filho de um vinhateiro de Torres Vedras, desde cedo se sentiu atraído pelos estudos agronómicos. Com dezoito anos é premiado pelo Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa «pela distinta aplicação e aproveitamento» na cadeira de Química Agrícola, Meteorologia e Artes

Agrícolas (ano lectivo de 1864-65) e em 6 de Novembro de 1866 termina o curso de Agrónomo e Engenheiro Florestal, curso este que não lhe dando qualquer saída profissional o faz dedicar-se aos estudos filosóficos e literários. Estreou-se então como jornalista com artigos sobre música e crítica às óperas do Teatro S. Carlos aos quais não deveria ser estranho a sua amizade com Augusto Machado que de França trouxera na bagagem de pianista partituras dos prelúdios de Bach, das sonatas de Mozart e Beethoven e obras de Schumann e Chopin.

Grande amigo sobretudo de Antero, Eça de Queirós, Salomão Sáragga e outros da Geração de 70, daquela extraordinária geração vinda de Coimbra, educada já fora do catolicismo e do romantismo, Batalha Reis franqueava a sua casa de Lisboa para reuniões, onde verificando o evidente e substancial atraso de Portugal em relação à generalidade dos países da Europa, se propunham encontrar soluções para a transformação política, económica e religiosa da Sociedade Portuguesa.

O surto do movimento operário e o descrédito do constitucionalismo monárquico, a que não eram alheias as irradiações da Internacional Operária e Comuna de Paris, leva a esse grupo de jovens intelectuais que se reuniam na travessa do Guarda-Mor em Lisboa, associarem-se sempre na esperança de poderem extrair de uma Humanidade que consideravam em dissolução, uma outra mais viva e cheia de beleza.

Surgem assim as Conferências Democráticas realizadas no Casino Lisbonense a partir de 22 de Maio de 1871, onde Antero de Quental abriu o círculo com o *Espírito das Conferências*, dissertando uma segunda vez sobre *As causas da Decadência dos Povos Peninsulares* e atribuindo-as à contra-reforma e absolutismo, contrapondo-lhe o federalismo republicano peninsular e o socialismo. O próprio Batalha Reis escreve à noiva dizendo que «*Tal discurso marcara uma época em Portugal, um discurso esplêndido de erudição, originalidade e profundidade*». Ao serem estas conferências proibidas por decisão do Ministério presidido pelo duque de Ávila e Bolama, Batalha Reis que se propunha focar o tema «Socialismo» onde faria uma exposição crítica de Proudhon, Karl Marx e Engels, não chegou a proferir a sua conferência. Em 1 de Agosto de 1871, juntamente com Antero de Quental denuncia à Câmara dos deputados a ilegalidade manifesta deste acto do poder executivo, baseando-se no artigo 145 da Carta Constitucional, artigo 363 do Código Civil, do Decreto de 17 de Maio de 1866 e do Decreto de 15 de Junho de 1870, considerando assim que a portaria da proibição ofendera a liberdade de pensamento, a liberdade de reunião, invadira a esfera do poder

judicial e exorbitara tanto contra o espírito como contra a letra das leis.

Não podemos deixar também de aludir à sua amizade com Eça de Queirós a quem prefacia as *Prosas Bárbaras*, recolha dos primeiros textos de Eça e onde ficaram bem patentes as influências estrangeiras sofridas sobretudo através de Heine, Gerardo de Nerval, Julio Michelet, Baudelaire e outros. Os poemas «*A velhinha*» e «*Serenata de Satã às estrelas*» atribuídos ora a Eça, ora a Batalha Reis, trazem muito claramente a marca de Baudelaire. Basta comparar o poema de Baudelaire «*Les petites vieilles*» dedicada a Victor Hugo, com alguns extractos de «*A velhinha*».

A Doutora Maria Manuela Gouveia Delille no seu trabalho «*Recepção Literária de H. Heine no Romantismo Português*» (de 1844 a 1871), Lisboa, 1984, pp. 648-649, diz tratar-se da tradução livre de uma poesia de Heine «*Ein Weibe*». Batalha Reis, cujo testemunho acerca de Eça de Queirós é de suma importância para o estudo da obra queirosiana, sobretudo de 1867 a 1869, não deixa de referir que a primeira e a mais profunda influência sofrida foi a de Heine.

Mas Batalha Reis, não foi só companheiro de Eça nas tertúlias intelectuais. Ambos seguiram a carreira diplomática e em 1871 Batalha Reis prestou provas no concurso público para cônsul de 1.^a classe e após ter sido encarregado de algumas missões oficiais pelo Governo, foi nomeado para ocupar um lugar vago em Newcastle — Inglaterra (cônsul de 1.^a classe — 1883) iniciando assim uma carreira que o iria levar a diferentes partes do mundo.

Datam desta nova faceta da sua vida os Itinerários Geográficos e Históricos que constam da sua longa bibliografia e que mostram o quanto se sentia atraído pelos estudos geográficos para um melhor conhecimento das regiões com as quais contactava nas suas viagens e nos caminhos da sua carreira.

Dos conhecimentos geográficos que possuía mais precisamente cartográficos, serviu-se para em diversos artigos defender a posição oficial de Portugal em África, utilizando os descobrimentos portugueses como tema frequente de protesto e resposta directa às críticas estrangeiras mais precisamente inglesas. Podemos exemplificar com a planificação da Conferência que fez em Londres a 7 de Dezembro de 1890 em que na 1.^a parte descreve a fisionomia política de Portugal, orografia, hidrografia, clima e flora; na 2.^a parte o papel de Portugal na História do Mundo, as descobertas e o início da colonização moderna e na 3.^a parte o papel de Portugal na História da Europa, onde são focados com mais evidência os diversos tratados com a Inglaterra.

Organiza o serviço de imprensa no Estrangeiro para o qual necessita de subsídio que nunca lhe é concedido e pede para que no Ministério dos Estrangeiros se encarregue um funcionário de lhe enviar todos os dias os jornais mais importantes de Portugal.

Lamenta-se no entanto de nunca serem traduzidos e publicados em Portugal os artigos que inserira em jornais estrangeiros sobre a partilha de África, lamentação que encontra eco nos deputados em sessões da Câmara. Podemos-nos referir à sessão de 9 de Maio de 1890 em que Ressano Garcia se lamenta de ter de recorrer às notícias da imprensa estrangeira para tratar de assunto essencialmente portugueses, dizendo: — *«lastimável situação a que nos reduz o governo pelo obstinado silêncio que guarda acerca das questões que no momento presente mais prendem com a honra e dignidade Nacional»*.

Apesar disso Batalha Reis continua a elaborar Memórias, acompanhadas de mapas comprovativos dos direitos ancestrais de Portugal. Memórias essas que chegadas a Lisboa nunca eram publicadas.

Esses mapas que acompanhavam as Memórias eram baseados nas explorações feitas por Serpa Pinto ou Paiva de Andrade, completamente inéditos e desconhecidos em toda a Europa. Fellow da Royal Society de Edimburgo, colaborador da Scottish Geographical Magazine, membro honorário da Tyneside Geographical Society, da British Associations e outras associações científicas, vêmo-lo a publicar artigos no Scotsman (órgão em Edimburgo dos missionários escoceses, chegando mesmo a ter relações de amizade com os principais promotores do movimento missionário escocês: Sir John Kirk, Horace Waller e outros, vêmo-lo a estudar mapas e publicações geográficas no Museu Botânico e na Sociedade Real de Geografia, a pedir para lhe serem enviados de Portugal as fontes mais exactas para melhor fundamentar os seus escritos e ele próprio diz: *«Nos meus estudos para as nossas questões coloniais eu tenho encontrado nas Bibliotecas e sei de documentos nos Arquivos Públicos que nunca foram empregados para a História das descobertas e colonização portuguesa, História que nunca foi escrita até hoje. Tenho para essa História uma grande massa de notas e estudo..., necessários para fazer conhecer aos estrangeiros que o crédito português precisa ser defendido, a falsa História rectificada e as calúnias desmentidas; qualquer que seja o programa diplomático, Portugal precisa mostrar quais são os seus direitos em África e quanto as exigências inglesas são injustas e excessivas.»*

Pelo país, no entanto, esvoaçava uma onda de indignação ao Ultimatum e às relações com a Inglaterra, que punha em causa a competência governativa da Monarquia e da dinastia dos Braganças.

Barjona de Freitas, declinando a sua função partidária na Esquerda Dinástica, aceita o convite para embaixador extraordinário em Londres e aí acompanhado por Batalha Reis pretende abrir negociações que possam conduzir à resolução do conflito. Entretanto pela província os movimentos sucediam-se, ganhando dimensão nacional. Desde Gouveia, pequena povoação do interior das Beiras, onde num auto de fé se queimaram tecidos ingleses na praça pública, até Coimbra, cidade Universitária, onde o lente de Filosofia Manuel Paulino de Oliveira, em reunião de Claustro Pleno lançara um protesto contra a situação actual, secundado pela publicação do «Ultimatum», órgão da Associação Académica, onde o estudante de Medicina António José de Almeida publicara o artigo «Bragança, o Último», por toda a parte ecoavam os gritos de uma geração submissa que mais tarde iria implantar a República.

De Paris, em Outubro de 1890, Batalha Reis escreve a Barbosa du Bocage, dizendo que embora colocado como informador técnico sobre Geografia Africana e encarregado de redigir vários trabalhos sobre o mesmo assunto, ignorava sempre de um modo absoluto a marcha das negociações internacionais e em Março de 1891 considera que será com efeito grande o pasmo do país se alguma vez lhe disserem os serviços que ele tem podido prestar mas que a Imprensa não relata e que os Governos não reconhecem. Propõe que se faça um esforço em Paris, Madrid, Viena e Petersburgo para levar a Inglaterra a aceitar uma arbitragem ou a deixar reunir uma Conferência Internacional a fim de resolver o problema da partilha de África. Os seus esforços no entanto não foram coroados de êxito, apesar de informar que a França apoiaria e que Albert Thys, (ligado ao Secretariado Geral do Congo, encarregado de preparar o traçado do caminho de ferro de Matadi a Leopoldville e fundador de uma série de companhias em África, de grande importância) o informara de que o Rei Leopoldo acederia com a maior satisfação numa conferência, dado que em face da tentativa da South Africa Company em se apoderar de uma parte do Katanga, se encontrava vivamente irritado. Ele que era um dos grandes accionistas da Companhia, vendera ultimamente todas as suas acções, o que fez baixar a cotação destas.

Referindo-se à Rússia, informa que esta tem no momento uma expedição na Abissínia, expedição que tem em vista fins muito importantes e inteiramente combinados com a França e que só necessitam de pretexto para a convocação da Conferência.

Batalha Reis fez notar que as informações obtidas são através de geógrafos, escritores, economistas, pessoas sem missão diplomática

ostensiva, e que por consequência elas deixam ao governo completa liberdade, limitando-se também a emitir apenas as suas opiniões pessoais. Refere-se às suas relações com Serguei Spiridomovitch Tatichev, escritor e diplomata russo que fora funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Czar e adido comercial em Londres. Pertencendo a uma família da alta nobreza czarista contam-se entre os seus antepassados o famoso historiador Vassili Nikititch Tatichtchev (1686-1750).

Na própria Inglaterra houve críticas severas e muito intensas à política do governo inglês, que violava as promessas dos jornais feitas desde há muitos anos a Portugal; nas capitais estrangeiras a imprensa anti-britânica aproveitara também o ensejo para dirigir ataques à Inglaterra e internamente os partidos monárquicos a quem competem os imperativos de Estado, não se mostram à altura, sucedem-se no Poder, fazendo e desfazendo Governos, ao sabor dos interesses partidários sem a devida reserva do interesse nacional. O Partido Republicano, longe dos círculos do Poder e dos negócios da Governação orienta a sua luta por dois objectivos: em silêncio começa a matutar a hipótese revolucionária; publicamente joga em força na sociedade civil, animando o movimento patriótico e explorando a conjuntura segundo uma estratégia de propaganda dirigida para dois objectivos fundamentais — isolar o Rei e desprestigiar os Partidos Monárquicos, desprestígio que se vai acentuando cada vez mais dado que ambos reprimem o movimento patriótico. Neste panorama, o Partido Republicano surge aos olhos da opinião pública como o único defensor do interesse nacional e símbolo do patriotismo. Ele é o verdadeiro vencedor.

Batalha Reis continua as suas lides diplomáticas. Em resposta a um artigo inserido na *Contemporary Review* de Londres, onde se pretendia boicotar a compra de cacau em S. Tomé, ele reage contra a escravatura do negro. Sugere que o governo vá inquirir por meio de funcionários honestos, os engajamentos de indígenas africanos durante os últimos 20 ou 30 anos e seja qual for o resultado do inquérito, o publique sem o alterar, exigindo responsabilidades seja a quem for. O material recolhido pela Sociedade Anti-Esclavagista era mais que justificativo para a tomada de posição de Batalha Reis, que no entanto o governo acata em silêncio.

A documentação de que nos servimos para a elaboração desta comunicação situa-se cronologicamente entre 1884-1891 constando unicamente de algumas cartas particulares do diplomata Jaime Batalha Reis. Referimos apenas alguns aspectos como sugestão para abordagem

e problematização desta documentação que além de contribuir para uma apreensão mais esclarecedora da personalidade do diplomata, poderá trazer preciosos conteúdos para um estudo mais pormenorizado da segunda metade do século XIX em Portugal, em especial para a História da Colonização, período que luta com escassez de documentação.

